

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 8, N. 1, jan./jun. 2009



Fas. 75707 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.8 n.1
jan./jun. 2009 ex.2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 8, n. 1

jan./jun. 2009

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil <i>Claudia Lacombe Rocha</i>
	21	Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística <i>Isabel Cristina Borges de Oliveira</i>
	44	Os desafios da formação do arquivista no Brasil <i>Renato Tarciso Barbosa de Sousa</i>
	59	Imagens e documentos fotográficos em arquivos <i>André Porto Ancona Lopez</i>

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 8	n. 1	p. 1- 72	jan./jun. 2009
-------------	----------------	------	------	----------	----------------

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Revisão técnica: Dilza Ramos Bastos

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) - 1A

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

leg. 75708
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Heloísa Esser dos Reis
Vice-presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
1º Secretário: Maria Celina Soares de Mello e Silva
2º Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
1º Tesoureiro: Iram Araújo da Silva
2º Tesoureiro: Pedro Ferreira de Moura Filho

Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso
José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Maria Odila Fonseca (*In memoriam*)
Paulo Elian
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A Revista *Arquivo & Administração* é a publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, cujo primeiro número foi lançado em 1972, e desde então vêm cumprindo seu objetivo de difundir a produção de conhecimento em Arquivologia no cenário brasileiro e em outros países.

O primeiro número de 2009 apresenta artigos com temáticas da maior relevância e em pauta na comunidade arquivística nacional e internacional. O primeiro artigo, **Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto INTERPARES 3: alguns exemplos da experiência do TEAM Brasil**, de autoria de Claudia Lacombe Rocha, diretora do TEAM Brasil do Projeto InterPARES aponta questões sobre o trabalho de tradução em desenvolvimento pela equipe brasileira, a partir do Glossário de termos produzido no âmbito do Projeto.

O artigo seguinte, **Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação arquivística**, de autoria de Isabel Cristina Borges de Oliveira, mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais insere a indexação na discussão do acesso aos acervos arquivísticos com propriedade, e indicando as relações do processo de indexação com os princípios arquivísticos e a fundamentação teórica da área.

Nesse número temos a honra de contar com a participação de dois professores do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília: Renato Tarciso Barbosa de Sousa e André Porto Ancona Lopez. O primeiro retoma conferência realizada no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 2008, na cidade de Goiânia. O professor Renato Tarciso atualiza e amplia a reflexão apresentada no Congresso, e destaca no artigo **Os desafios da formação do arquivista no Brasil**, o impacto da pesquisa na formação do profissional e aos problemas enfrentados pelos arquivistas nas organizações contemporâneas. Já o professor André Ancona, em seu artigo **Imagens e documentos fotográficos em arquivos** aborda a problemática da divulgação das imagens e ressalta sua relação com a questão da organicidade arquivística.

Lembramos que o conteúdo dos artigos é de total responsabilidade dos autores.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

enorme, porque todos os materiais produzidos pelos pesquisadores no âmbito do Projeto InterPARES 3 devem ser traduzidos para várias línguas de cada TEAM e precisam estar de acordo com o Glossário Multilíngüe do InterPARES 3.

Além disso, como foi observado nos casos acima, algumas questões destacam inconsistências, diferenças de usos e práticas, bem como ausência de determinados conceitos e práticas. Estimulados por este fato os pesquisadores precisaram aprofundar o estudo e iniciar um debate a respeito do uso dos termos e os conceitos adotados.

Michel Duchein, em seu artigo citado no início deste trabalho, observa que: "o estudo dos problemas terminológicos é uma das chaves da arquivologia. Ela ajuda a precisar as noções, a dissipar o vapor do empirismo, obriga a colocar em questão as certezas adquiridas pela rotina".¹⁸

A construção de uma terminologia no âmbito do InterPARES 3 não se restringe apenas a desenvolver uma linguagem comum para o desenvolvimento dos trabalhos do Projeto, mas também ajuda os pesquisadores de cada TEAM regional, nacional e mutinacional a revisar os conceitos e termos arquivísticos utilizados em seu próprio país.

PADRONIZAR, NORMALIZAR E DEFINIR PONTOS DE ACESSO O desafio da indexação arquivística

Isabel Cristina Borges de Oliveira
Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais
do Programa de Pós-Graduação em História
Política e Bens Culturais (Mestrado
Profissional), do Centro de Pesquisas e
Documentação em História Contemporânea
-CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.
Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

RESUMO

Nos últimos anos, a questão da indexação arquivística, em função das novas tecnologias, vem se tornando um assunto recorrente para os arquivistas. Esse fato pode ser observado na literatura nacional e internacional da área. Além disso, a definição dos pontos de acesso e sua padronização devem considerar determinados aspectos da teoria arquivística: o princípio da proveniência e do respeito aos fundos; a questão do contexto arquivístico; os diferentes personagens que concorrem na elaboração de um documento; a diferença entre autor e produtor e a diplomática como um recurso auxiliar na definição dos pontos de acesso.

Palavra-chave: *Indexação arquivística; Controle de autoridade; Teoria arquivística; Norma arquivística; Contexto arquivístico.*

Standardising, normalising and defining access points: the challenge of archival indexing

Abstract

In the past years, the indexing became an issue among the archivists specially because of the use of new technologies. We can observe this in the national and international scenery of this subject in Archival Science. The decision concerning the access points and its standardizing must considered some aspects of archival theory: the principle of provenance and the respect of fonds; archival context; the creators of the documents; the difference between author and creator and the diplomatic aspects.

¹⁸ DUCHEIN, Michel. Os arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01/02, p. 22, 2007.

Keywords: *Archival indexing; Authority control; Archival science theory; Archival context; Archival standard.*

1 Introdução

Nas últimas décadas do século XX a questão da indexação vem sendo colocada para os arquivistas das mais diferentes formas, por meio da necessidade de normalização, padronização e utilização de bases de dados para acesso aos instrumentos de pesquisa, trazendo para a arquivologia a necessidade de estudar o assunto considerando os aspectos teóricos arquivísticos.

Partindo do pressuposto de que a indexação é parte do processo da descrição e sabendo que o produto dessa atividade será decisivo na escolha do usuário/pesquisador de consultar ou não o arquivo, uma questão se instaura: Como indexar documentos de arquivo?

Para que essa comunicação e a expectativa dos usuários sejam atendidas, é necessária uma linguagem controlada. Pode-se entender este conceito percebendo que em sistemas informatizados encontramos três personagens: quem utiliza o sistema, quem alimenta o sistema e o próprio sistema. Para se comunicarem de forma eficaz, todos precisam falar uma mesma linguagem.

Além disso, uma questão recorrente diz respeito ao crescente número de bases de dados resultantes do processo de informatização das instituições custodiadoras de acervos, as quais se vêem com a necessidade de repensar seus instrumentos de pesquisa a fim de melhor atender seus usuários. Nesse sentido, o arquivista se defronta com uma determinada exigência: uma maior familiarização com conceitos já consagrados e aplicados na biblioteconomia sem, com isso, perder de vista os princípios arquivísticos, bem como, tornar a indexação arquivística um objeto de estudo.

2 A indexação no cenário arquivístico internacional

Pode-se apontar o século XIX como o marco inicial para o aparecimento do termo “indexação” na área arquivística. As autoras francesas Pétillat e Prax (1993, p. 290) afirmam que a prática de indexação não é coisa nova para os arquivistas, embora o

uso do termo seja relativamente recente. Segundo as autoras, a instrução de 24 de abril de 1841 inseriu, na prática arquivística da descrição, a construção de índices, ou seja, a construção de índices de nomes, de lugares ou de assuntos estava atrelada à elaboração de guias, inventários ou repertórios.

Para Schellenberg (1980, p. 53), apesar da grande quantidade de trabalhos de indexação no século XX, “os processos de tal técnica documentária nunca foram plenamente definidos nem normalizados”. Por outro lado, na França, a Circular AD 63-31 de 22 de julho de 1963, relativa aos índices alfabéticos dos fundos de arquivo e de seus inventários, serviu para promover uma aproximação entre a arquivística e a técnica documentária (PÉTILLAT; PRAX, 1993).

No entanto, Sibille (2007) afirma que antes desta circular não tinha ocorrido na França qualquer tentativa de normalização. Somente com a introdução da informática nos anos 1980 é que essa preocupação toma corpo, trazendo para a prática francesa a preocupação com a escolha dos termos empregados, bem como a busca de referências em tesouros e dicionários, propondo, inclusive, “uma quádrupla indexação: ‘assuntos’, ‘ação’, ‘tipologia documental’ e ‘contexto histórico’” (SIBILLE, 2007, p. 98).

Se, por um lado, a preocupação com a indexação já existia no século XIX, isso também colaborou para o entendimento, por parte dos arquivistas, de que a construção de índices é um instrumento auxiliar da descrição. Por conta disso, na área arquivística, os olhares teóricos a respeito do assunto ficaram relegados a segundo plano, sobretudo se comparados com a discussão sobre descrição.

Por outro lado, o surgimento da era computacional e a necessidade de normalização impuseram à arquivologia a necessidade de estabelecer normas de descrição e o uso constante de bases de dados eletrônicas intensificou a discussão sobre a recuperação da informação para a área arquivística.

Em 1979, Richard H. Lytle defende sua tese de doutoramento intitulada *Subject retrieval in archives: a comparison of the content indexing methods*. Segundo Silva, et.al. (1998, p. 154), foi aplicado pela primeira vez “aos arquivos conhecimentos adquiridos e testados em bibliotecas e serviços de documentação, já desde os anos 50”.

Nesse sentido, o trabalho pode ser considerado o primeiro que leva em consideração a relação entre a teoria arquivística e a linguagem documentária. Além disso, Lytle (1980) considerou o usuário como um fator relevante no estudo da indexação.

O usuário deve ser, para os arquivistas-indexadores, tão importante quanto o conhecimento teórico necessário para a normalização e construção do vocabulário controlado, e que viabilizarão o acesso aos documentos. Como mencionado por Sá (2005, p. 4), “os profissionais da informação devem sair do modelo ‘arquivos direcionados para os arquivistas’ e partir para o modelo ‘arquivos direcionados para o usuário’”.

Santos Canalejo (1998, p. 117, tradução nossa), ao mencionar a questão da normalização e do controle de vocabulário, afirma que o arquivista deve utilizar os “procedimentos sintáticos convencionais que representam o conteúdo dos documentos ou de um conjunto de documentos para facilitar a busca e recuperação da informação”.

A autora, também, analisa as questões referentes à indexação levando em consideração, inclusive, a diferença entre arquivos administrativos e históricos. No primeiro caso, a indexação seria enriquecida, pois ter-se-ia a participação do usuário principal na elaboração do vocabulário controlado. No segundo caso, esse enriquecimento somente apareceria em função de uma descrição contextualizada e, conseqüentemente, de uma indexação baseada em conceitos.

A questão apontada por Santos Canalejo (1998) sobre normalização, controle de autoridade e necessidade de o arquivista se aproximar das linguagens documentárias a fim de facilitar a recuperação da informação pode ser observada na literatura da década de 1980 e 1990, como maior incidência, em países como Estados Unidos e Canadá, conforme tabela (OLIVEIRA, 2009a, p. 54) a seguir:

Ano	Autor	Título	Local de publicação
1985	Richard V. Szary	Expanding the role of authority files in the archival context	Estados Unidos
1986	Max Jr. Evans	Authority control: an alternative to the record group concept	Estados Unidos
1986	Helena Ferrez; Jerusa Araújo; Rosely Rondinelli	O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais	Brasil
1987	Richard Roy	Classer & indexer: introduction à l'indexation documentaires	França

1987	Jean E. Dryden	Subject headings: the PAASH Experience	Canadá
1988	Jackie Dooley	An introduction to authority control for archivists	Estados Unidos
1989	Louise Gagnon-Arguin	An introduction to authority control for archivists	Canadá
1989	David Bearman	Authority control issues prospects	Estados Unidos
1990	Harriet Ostroff	Subject Access to Archival and Manuscripts Material	Estados Unidos
1991	Elizabeth Black	Authority control: a manual for archivist	Canadá
1992	Planning Committee on Descriptive Standards	Subject indexing for archives: the report of the subject indexing working group	Canadá
1992	Jackie Dooly	Subject Indexing in Context	Estados Unidos
1993	Kathleen Roe	Enhanced Authority Control: is it time?	Canadá
1993	Cynthia J. Durance	Authority control: beyond a bowl of alphabet soup	Canadá
1994	Helen R. Tibbo	The Epic Struggle: Subject retrieval from large bibliographic data bases	Estados Unidos
1995	Sharon Gibes Thibodeau	Archival context as archival authority record the ISAAR (CPF)	Canadá
1996	Fernanda Ribeiro	Subject indexing and authority in control: the need for subject indexing in archives and for a indexing policy using controlled language	Reino Unido
1996	Fernanda Ribeiro	Indexação e controle de autoridade em arquivos	Portugal

Tabela 1: Literatura sobre indexação e controle de autoridade para a área arquivística

Segundo Silva et al. (1998), nestes países ocorreram avanços no campo do pensar a teoria arquivística e, diante dos novos desafios tecnológicos, começam a debater a questão da recuperação da informação frente a conceitos da área, buscando revalorizar o “princípio da proveniência” e o “controle de autoridade”.

Apesar dessa incidência e da discussão de Santos Canalejo (1998) ser de extrema importância, o assunto ainda é pouco explorado pela arquivologia. Um dos motivos pode ser o mencionado por Dooley (1992, p. 345, tradução nossa) no início da década de 1990: “historicamente, arquivistas tendem a seguir o ponto de vista de que o acesso aos materiais de arquivo pela proveniência torna o acesso por assunto desnecessário”.

Dooley (1992) analisa o que denomina *the nature of archival subjects* em relação à existência de assunto no documento arquivístico, ou seja, na definição do assunto principal no documento, ou melhor, na dificuldade de elencar o assunto principal, ou seja, em definir qual pode ser considerado o mais relevante para servir de ponto de acesso.

Na outra ponta da discussão, encontra-se a questão do contexto arquivístico no sentido de que os assuntos genéricos são tão importantes quanto os específicos e que pontos de acesso como tempo e lugar, além de serem importantes, também definem o contexto de produção do documento – onde e quando foi produzido.

Durance (1993) e Roe (1993) defendem, na *Conferência Anual da Associação dos Arquivistas Canadense*, em 1992, a necessidade do controle de autoridade. Para Durance (1993), o controle de autoridade é um termo “guarda-chuva”:

que significa uma forma de possibilitar o acesso aos documentos em um arquivo por meio de nomes, assuntos e funções – estes serão construídos de tal maneira que os relacionamentos ou não-relacionamentos, entre eles, sejam aparentes. De fato, o controle de autoridade em um cenário arquivístico introduz uma ordem, como um mapa rodoviário, às complexidades das organizações, e de seus antecessores, os nomes de pessoas, as funções e os assuntos dos documentos, bem como seus inter-relacionamentos (DURANCE, 1993, p. 38, tradução nossa).

Roe (1993) questiona se já não é chegada a hora de se preocupar efetivamente com o controle de autoridade, de dar um *status* à questão. A autora utiliza o termo “enhanced authority control”, afirmando ter sido um termo recorrente na literatura arquivística durante a década de 1980 no Canadá e nos Estados Unidos. O termo pode ser traduzido como a “melhoria do controle de autoridade”.

No Brasil, a expressão pode ser considerada inédita, já que a discussão sobre o assunto ainda é incipiente.

Durance (1993, p. 40) também define quais são os tipos de autoridade:

- a) nomes corporativos, suas histórias e funções;
- b) nomes de pessoas e uma biografia sobre elas;
- c) assuntos (incluindo nomes e local); e
- d) funções, ocupações e/ou formatos de material.

Segundo a autora, todos esses tipos precisam de controle e podem ser definidos como pontos de acesso. O controle de autoridade tem um componente intelectual e dois componentes físicos. O componente intelectual define as questões técnicas, levando-se em consideração as possíveis relações entre os pontos de acesso (o que requer um determinado conhecimento para esse fim).

Em relação aos componentes físicos, o primeiro diz respeito ao sistema a ser utilizado, considerando-se as inter-relações que deverão existir e a necessidade de deixá-las claras para os usuários, pois “a habilidade para ligar a história dos documentos com a história de seus criadores é central para a descrição arquivística” (DURANCE, 1993, p. 39, tradução nossa). O segundo componente está diretamente ligado à forma de entrada do registro autorizado no sistema¹.

Roe (1993), como Durance (1993), também define três componentes para o controle de autoridade arquivístico. O primeiro componente analisado por Roe (1993) refere-se à consistência terminológica. Para a autora, esta consistência tornou-se mais clara aos arquivistas em função dos sistemas automatizados. O segundo componente refere-se à relação entre informação contextual e à recuperação da informação arquivística. A autora, para enfatizar a questão, cita David Bearman, Richard Lytle, Richard Szary e Max

¹ No original, Durance (1993) define os três componentes como: *authority work, authority system and authority file*.

Evans que, em seus estudos, sempre ressaltaram a necessidade de fornecer informação contextual em registro de autoridade (ROE, 1993, p. 120).

O terceiro componente diz respeito a como representar as relações multidimensionais e de multiníveis entre as entidades. Para Roe (1993, p. 121, tradução nossa), “nenhum arquivo é uma ilha” e os “documentos gerados por uma organização ou uma pessoa têm a curiosa tendência de aparecer em mais de uma instituição custodiadora”.

Segundo Roe (1993, p. 121, tradução nossa), a padronização possibilitaria recuperar esse tipo de informação, ou seja, “a aplicação de convenções consistentes de nomes certamente juntará esse material fisicamente disperso em uma base de dados comum e compartilhada”.

As considerações feitas pelas duas autoras estão no cerne da discussão da *ISAAR (CPF): Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família*.

Na França, temos a publicação do *Thesaurus W, vocabulaire normalisé pour la description et l'indexation des archives administratives locales contemporaines* na década de 1980. Em 1997, foi disponibilizada a terceira edição do *Thesaurus W*, que pode ser considerado um exemplo em relação à indexação arquivística, pois apresenta a preocupação com o contexto histórico e em 2007 ocorre um encontro regional intitulado *L'indexation dans les services d'archives, entre normes et pratiques*.

Em Portugal, Ribeiro (1998) coloca em pauta a questão da definição de pontos de acesso, controle de vocabulário e indexação. Para a autora, a associação da classificação, descrição e pontos de acesso são pré-condição para uma recuperação da informação eficaz.

2.1 Os pontos de acesso e as normas de descrição arquivística

Segundo Hagen (1998), a descrição da informação arquivística está sendo objeto de esforços de padronização, basicamente em função do impacto das novas tecnologias que possibilitam a troca de informação em ambiente WEB.

Fox (2007), como Hagen (1998), concorda que, em função das novas tecnologias, o mundo dos arquivos se alterou. Argumentando em favor das normas, o autor expõe que os usuários são os mais afetados por essas transformações, por dois motivos. Primeiro, acreditam que os arquivistas estão usando as novas tecnologias para facilitar o acesso à informação nos arquivos, o que acaba se tornando um

problema à medida que essa premissa não é uma total realidade. Segundo, o próprio usuário é um usuário constante dessa tecnologia no seu dia-a-dia, tornando-se um conhecedor de seus benefícios.

Além disso, Fox (2007) apresenta um novo tipo de usuário, o pesquisador virtual. Este objetiva ter um acesso virtual tanto aos instrumentos de pesquisa que o levam ao documento almejado quanto ao próprio documento digitalizado, por exemplo. Nesse sentido, a normalização se torna um imperativo, pois, em caso contrário, os instrumentos de pesquisa tornam-se verdadeiras “torres de babel” para o pesquisador.

Dessa forma, Fox (2007, p. 27) pergunta: “quando os nomes de pessoas, lugares, organizações e assuntos são registrados e indexados diferentemente de arquivo para arquivo, como podem os usuários esperar localizar materiais relacionados em instituições arquivísticas?”. Ou seja, a ausência de uma metodologia e de diretrizes de padronização traz dúvidas ao usuário, e somente a normalização e a padronização podem responder a essa questão, pois diante de bases de dados e da facilidade do acesso às informações nos arquivos a consistência da informação apresentada torna-se um imperativo no trabalho arquivístico, como alerta Fox.

Essa preocupação pode ser observada na publicação das normas de descrição arquivística no Canadá e nos Estados Unidos, as quais estabelecem normas descritivas, bem como definem regras para padronização dos pontos de acesso definidos durante o processo de descrição.

Nos Estados Unidos, foi publicada a norma para descrição e definição de pontos de acesso *Archives, Personal Papers, and Manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries – APPM* em 1983 e em 1989 foi publicada a segunda edição. Em 2004, foi publicada a *Describing Archives a Content Standard – DACS*, que substitui a *APPM*, utilizada por mais de duas décadas nos Estados Unidos. No Canadá temos a publicação da *Rules for Archival Description – RAD* em 1990.

A norma americana e a canadense dedicam uma parte à questão da padronização dos pontos de acesso. Apesar de ressaltarem que o responsável por essa tarefa sempre deva levar em consideração o “princípio da proveniência”, ambas as normas seguem

as diretrizes do AACR2² em relação à padronização. Em relação aos assuntos, tanto a APM quanto a RAD os excluem como possíveis pontos de acesso.

Essa ausência, da definição dos assuntos como pontos de acesso, pode ser compreendida por meio da tradição arquivística de elaborar descrições consistentes que, a princípio, eram suficientes para o acesso aos documentos.

Em oposição à regra americana está à visão dos arquivistas ingleses que, em 1986, lançam o *Manual of Archival Description (MAD)* e se colocam contrários à idéia americana, julgando o AACR2r inadequado para a descrição arquivística até mesmo na adaptação feita na norma americana (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST, 1994). No entanto, o Conselho Nacional de Arquivos do Reino Unido, em 1997, publicou uma norma para padronização de nomes, entidade e lugares intitulada *Rules for the construction of personal, place and corporate names* baseada, em grande parte, no AACR2r.

Apesar de serem contrários à adoção do AACR2r para a descrição arquivística, essa rejeição não se aplicou à padronização. Pelo contrário, a norma afirma claramente que está baseada no AACR2r, porém fazendo ressalvas, inclusive discordando do código em determinados aspectos, como, por exemplo, na forma de entrada de nomes compostos.

Internacionalmente temos a publicação da *ISAD(G): Norma Internacional de Descrição Arquivística* e da *ISAAR(CPF): Norma internacional de registros de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família*.

Especificamente sobre a *ISAAR(CPF)* devem-se mencionar algumas questões. A primeira refere-se ao que Adrian Cunningham (2007) definiu: que ela impôs um marco divisorio na descrição arquivística internacional.

A norma, também, coloca em evidência um dos aspectos mais importantes e que caracterizam o documento de arquivo, o seu contexto de produção, característica que também deve ser levada em consideração durante o processo de indexação.

Porém, a norma tem por objetivo oferecer uma estrutura para a normalização e a troca de descrições arquivísticas de produtores. Isto significa dizer que a questão da

² O AACR define normas para catalogar, ou seja, para descrever o documento bibliográfico e para a escolha e padronização dos pontos de acesso (ou entradas) que pode ser um "nome, termo, código etc., sob o qual um registro bibliográfico pode ser procurado e identificado. São chamadas entradas de autor e/ou de outros responsáveis, entradas de título, de série etc. e entradas de assunto de um item" (RIBEIRO, 2006, p. 21-5).

indexação não é o objetivo primordial da norma, mesmo prevendo como um de seus usos o controle e uso de pontos de acesso em descrições arquivísticas.

A *ISAAR(CPF)* é, sem dúvida, um avanço internacional na questão, e sugere "que regras e convenções para normalização de pontos de acesso sejam desenvolvidas nacionalmente ou para cada idioma" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 15).

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) vem se preocupando com a questão da padronização da descrição arquivística, por meio da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTDA. Essa preocupação encontra-se consubstanciada nas publicações da *ISAD(G)*, da *ISAAR(CPF)* e em 2006, com o lançamento da *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*, que inclui a *Área de pontos de acesso e indexação de assuntos*.

A norma também estabelece o que será contemplado como assuntos no processo de indexação: nomes de pessoas físicas e jurídicas; eventos; áreas geográficas; períodos e assuntos, e orienta, em relação aos assuntos, que as instituições custodiadoras definam o tipo de indexação a ser feita, se pré-coordenada ou pós-coordenada em função do sistema de recuperação adotado.

Um fator relevante é que a norma inclui essa área em todos os níveis de descrição, possibilitando, caso a política de descrição da instituição custodiadora permita, iniciar o processo de indexação pelo nível mais baixo, que equivale à descrição de dossiê ou item documental.

A norma orienta para a criação de índices onomásticos o uso da *ISAAR (CPF)* no que se refere às formas autorizadas de entrada de nomes. No entanto, orienta a consulta ao AACR2r, bem como, sugere a consulta às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e ao *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*, publicado pela Academia Brasileira de Letras, para atualização dos nomes.

Ainda cabe mencionar que o incentivo à normalização, no Brasil, se faz presente também por meio da Resolução do Conarq nº 27, de junho de 2008, onde define, no inciso IV do artigo 6º, que os programas de gestão de documentos arquivísticos, em todas as esferas do governo, deverão contemplar, obrigatoriamente, o uso da *NOBRADE* "para garantir o acesso à documentação de valor permanente" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2008).

Porém, em relação à padronização dos pontos de acesso no que tange aos índices onomásticos a questão somente será resolvida quando o Brasil tiver, a exemplo dos Estados Unidos, do Canadá e do Reino Unido, normas de padronização dos pontos de acesso. O primeiro passo já foi dado quando a questão foi levantada pelo presidente do Conselho

Nacional de Arquivos – Conarq –, durante reunião em 2006. No entanto, enquanto isso não se tornar uma realidade de fato ainda teremos decisões tomadas, apenas, em âmbitos institucionais como é o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa.

3 A indexação no cenário arquivístico brasileiro

Durante o VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1986, foi apresentado um trabalho intitulado *O Desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais* (FERREZ; ARAÚJO; RONDINELLI, 1987). As autoras, Helena Ferrez, do Museu Histórico Nacional, Jerusa Araújo e Rosely Rondinelli, da Fundação Casa de Rui Barbosa, discutiram sobre a indexação, pontuando que a questão está tradicionalmente sob o domínio dos bibliotecários – realidade que, de certa forma, permanece até hoje –, e que um dos motivos para a ausência dessa atividade reside no pressuposto de que a indexação é feita em documentos individuais, enquanto os arquivos trabalham com conjuntos documentais.

Quase 20 anos depois, temos a publicação do livro de Johanna W. Smit e Nair Yumiko Kobashi, em 2003, intitulado *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. A obra tem por objetivo orientar o arquivista para a construção de vocabulário controlado e pode ser considerada a primeira publicação específica para área de arquivo.

No VI Congresso de Arquivologia do Mercosul ocorrido no Brasil, a questão da indexação e da recuperação da informação foi abordada. Rose Tenório de Oliveira (2005, p. 6), da Fundação Oswaldo Cruz, discutiu, ao longo de sua comunicação, “a questão da elaboração de inventários de fundos arquivísticos e a produção de seus índices”. Para a autora (2005, p. 6), “os inventários analíticos devem conter índices, [...] que se configurem em listas de nomes, assuntos e lugares. Embora evidente, devido ao próprio tipo físico do inventário – documento impresso, enfatizamos que o índice para um inventário deverá ser um índice interno. Pois, acompanhará o inventário, constituindo-se num complemento deste”.

Neste mesmo evento, Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Fundação Casa de Rui Barbosa, abordou a questão da recuperação da informação. Para autora (2005, p. 7), dentro de uma realidade em que as informações são veiculadas por meio de bases de dados “há de se considerar como pontos de acesso os assuntos nos conteúdos dos documentos com a mesma relevância com a qual analisamos pontos de acesso tradicionalmente mais utilizados no cenário arquivístico”.

Em 2006, o XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, apresenta uma mesa-redonda intitulada *Normas e padrões para a Gestão e Descrição Arquivística*, onde a recuperação da informação esteve presente em duas comunicações. A primeira sobre a NOBRADE e a segunda sobre a indexação e a descrição em arquivos.

Com um teor mais voltado para o ambiente WEB, foram realizados o I, II e III Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, respectivamente em 2005, 2007 e 2009. Durante os encontros, a questão da recuperação da informação esteve presente.

Essa tendência também começa a ser sentida nos periódicos da área, como é o caso da revista *Arquivo & Administração* e a revista *Acervo*.

A revista *Arquivo & Administração*, nas suas últimas edições aborda a questão da indexação. Em 2006, é publicado o texto, de Maria Luiza Campos, intitulado *Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações*. A autora, dentro de uma linguagem interdisciplinar, traça paralelos entre as práticas arquivísticas, como a descrição arquivística e a prática biblioteconômica de catalogação e indexação. Nesse sentido, a Arquivologia congrega em uma única atividade duas operações: a descrição de dados objetivos e intelectuais ou descrição física e temática.

Em 2007, a revista *Acervo* lança uma edição voltada para a questão das normas e aborda a questão da indexação. Em comum aos artigos está a declarada defesa em adotar normas. Michael Fox (2007), diz ser o Brasil afortunado por ter a NOBRADE.

Especificamente sobre padronização de pontos de acesso, o artigo de Maria José Santos merece destaque, pois dedica um item à questão da padronização de entidades coletivas. Segundo a autora (2007, p. 64), a questão é objeto de debate na biblioteconomia a ponto de, desde 1976, a International Federation of Library Association and Institutions (IFLA) vir estudando a questão por meio de um grupo de trabalho ocupado em definir internacionalmente o padrão (forma e estrutura) para a entrada dessas entidades. A autora aponta o AACR3 ou *Resource Description and Access (RDA)*, a ser publicada em 2009, como uma possível solução ao problema.

4 A Arquivologia e a definição dos pontos de acesso

De acordo com Fonseca (2005), existem dois níveis de informação nos arquivos.

ARQUIVO
NACIONAL
(BRASIL)
Acervo
Bibliográfico

Um referente ao que está no próprio documento, que do ponto de vista da indexação contém os principais pontos de acesso e o assunto principal; e, outro, a informação contida “no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou” (2005, p. 59). Ou seja, as informações contextuais que também precisam estar presentes durante a definição dos pontos de acesso.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 79), “um princípio é uma lei aplicável para tudo, por todos e em todas as situações” e o princípio da proveniência, formulado por Natalys de Wally, se insere nessa definição.

O *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973, p. 18) define que o arquivo é um todo orgânico. Nesse sentido, ratifica a orientação de Wally em função de definir que os documentos produzidos e acumulados por determinada entidade não devem ser separados, nem misturados a outros. Sendo assim, a forma de acumulação de cada arquivo deve ser respeitada e conhecida pelo arquivista que irá organizar o fundo de arquivo. Segundo o *Manual* (1973), cada arquivo tem uma personalidade e uma individualidade própria. A indexação deve respeitar esse princípio.

Rousseau e Couture (1998) ressaltam que a aplicação desse princípio também favorece a recuperação da informação:

Bearman e Lytle demonstraram-no bem ao explicarem que o conhecimento do organismo criador, da sua missão, do mandato, das actividades, do funcionamento, do estilo de gestão, das relações existentes entre estas componentes são outros fatores susceptíveis de facilitar a recuperação da informação contida nos documentos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Do princípio da proveniência surge outro princípio: o de respeito aos fundos que têm sua origem na aplicação do primeiro, sendo, nesse sentido, uma definição muito similar³.

Segundo Duchein (1982), o respeito aos fundos:

³ Para muitos arquivistas, falar sobre o princípio da proveniência é o mesmo que falar de respeito aos fundos; já para outros são princípios distintos. Não pretendo entrar nesta discussão. Apenas chamo atenção para essa relação de proximidade.

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa instituição, dessa corporação ou dessa família (DUCHEIN, 1982, p. 10).

A partir desse princípio de organização intelectual, como mencionou Rousseau e Couture (1998), Duchein (1982) definiu duas posições para a definição de fundos em relação à hierarquia dos produtores de arquivo: a maximalista e a minimalista.

A primeira define o fundo pelo seu nível mais alto, ou seja, todos os documentos produzidos por um único órgão, como um ministério, compõem o fundo desse ministério, ou ainda, todos os documentos de um estado formam um único e imenso fundo. A segunda define o fundo pelo nível da menor partícula funcional possível, o que significa dizer que a menor seção pode vir a se constituir enquanto fundo.

Em ambos posicionamentos, Duchein (1982) enunciou critérios e conseqüências que definem e afetam a organização de um fundo arquivístico.

Reside nesta dupla visão de organização intelectual dos arquivos o questionamento que faço em relação a padronizar os nomes e ainda manter o respeito aos conceitos arquivísticos.

Esse questionamento se aproxima do programa de trabalho proposto pelo presidente da CTDA, que em um dos seus itens enumera a questão da “elaboração de norma com entrada de nomes, não tanto por causa de nomes de pessoas, mas em relação a entidades coletivas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 4).

Se, por um lado, for adotada a visão maximalista pelo viés de que todos os documentos formam um único fundo de um Estado para definição de pontos de acesso e orientação de padronização de nomes, significa dizer que ele se enquadra no código AACR2r quando define os tipos de subordinação e hierarquia e estabelece que a entrada deve ser pela jurisdição⁴ a qual pertence o órgão, no caso o fundo:

⁴ Em sentido lato, jurisdição quer significar todo poder ou autoridade conferida à pessoa, em virtude da qual pode conhecer de certos negócios públicos e os resolver. E neste, poder, em que esse estabelece a medida das atividades funcionais da pessoa, seja juiz ou autoridade de outra espécie, se entendem incluídas não somente as atribuições relativas à matéria, que deve ser trazida a seu conhecimento, como a extensão territorial, em que o mesmo poder se exercita. [...] Assim, é a jurisdição compreendida: a) quanto ao órgão que a exercita: federal e estadual (SILVA, 2007, p. 802).

Por outro lado, se for adotada a forma minimalista em que o fundo é reduzido ao nível da menor partícula funcional possível, a padronização não poderia seguir as orientações do AACR2r, já que ela estabelece hierarquias de subordinação entre os diferentes órgãos de uma mesma instituição.

O princípio da proveniência também traz outra questão para a definição dos pontos de acesso, a questão do contexto arquivístico. Segundo Thomassen (2006), o contexto arquivístico:

... são todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico (THOMASSEN, 2006, p. 10).

Dentre os contextos mencionados por Thomassen quero ressaltar o contexto sociopolítico, cultural e econômico, ou seja, “tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos” (THOMASSEN, 2006, p. 11).

A questão do contexto precisa ser considerada durante o processo de indexação, pois a definição de um ponto de acesso pode vir a ser estabelecida apenas compreendendo o contexto em que foi produzido o documento, ou seja, nem todo o ponto de acesso está explícito no documento. Pelo contrário, em muitos casos, a definição de um ponto de acesso somente poderá ser feita após se compreender o contexto sociopolítico em que o produtor do documento se insere.

Em muitos casos, somente instaurando o documento naquilo que Fonseca (2005) denominou “segundo nível de informação” é que se poderá definir um ponto de acesso. Nesse sentido, poderá ser definido um descritor que abarque a informação implícita ao documento em função do seu contexto de produção.

Como disse Oliveira (2007, p. 49), além dos assuntos explícitos, também temos aqueles que são citados e implícitos ao documento. Os citados são mencionados no próprio documento, e os implícitos são identificados no decorrer do trabalho de pesquisa do contexto arquivístico.

Além disso, a diferença entre *produtor* e *autor* deve ser considerada ao se pensar na questão relativa ao controle de autoridade. No que diz respeito, a sua definição como ponto de acesso e de sua padronização.

Duranti (1995) aponta três pessoas que concorrem para a formação de um documento arquivístico: o autor, o destinatário e o escritor⁵. Esses três personagens podem ser encontrados em um documento e precisam ser reconhecidos para que os pontos de acesso sejam corretamente definidos.

O primeiro, o autor, é a pessoa responsável pela criação intelectual do documento. O segundo, o destinatário, é a pessoa a qual o documento se dirige. O terceiro é o escritor do documento, ou seja, o responsável pelo conteúdo e articulação do que foi escrito (Duranti, 1995).

A questão reside em identificar esses personagens, pois em alguns casos, autor e destinatário são a mesma pessoa, como no caso dos diários, em geral, encontrado nos arquivos pessoais, bem como, autor e escritor podem estar presentes em um mesmo documento ou mesmo serem a mesma pessoa.

Conhecer essas categorias diplomáticas de pessoas, bem como a localização da informação no documento influi na qualidade da definição dos pontos de acesso, além de evitar erros de definição.

Outro aspecto da diplomática que deve ser considerado para a definição dos pontos de acesso refere-se aos aspectos extrínsecos e intrínsecos. O primeiro, em relação ao aspecto físico do documento. Por exemplo, o suporte, as características do texto, a linguagem utilizada e os selos; e o segundo em relação ao conteúdo, ou seja, como é estruturado o conteúdo intelectual do texto.

Não obstante todos esses elementos concorrerem para definir pontos de acesso, a questão da linguagem merece um olhar mais atento, pois, para o processo de indexação, é de extrema importância, principalmente em função da terminologia.

⁵ As categorias de autor e escritor são, neste artigo, definidas no âmbito de entendimento da teoria arquivística e nas definições dadas pela ciência da diplomática, excluindo-se outros entendimentos.

Segundo Duranti (1995), a linguagem é objeto de interesse dos arquivistas contemporâneos pelo viés social:

Diferentes grupos sociais utilizam diferentes formas de redação e diferentes vocabulários e, dentro de cada um deles, adotam-se estilos formais ou informais segundo a finalidade e a função dos documentos criados. Não há dúvida da existência de estilos oficiais, jornalístico, comerciais, científicos e coloquiais (DURANTI, 1995, p. 156, tradução nossa).

O conhecimento desse tipo de característica permite observar que a mesma pessoa pode ocupar esses diferentes espaços sociais, mudando sua forma de escrever. Sendo assim, encontrar o contexto em que o documento foi produzido poderá definir maior especificidade ao processo de indexação.

Por fim, o caráter intrínseco que se refere aos elementos internos do documento. Esse conteúdo é sempre apresentado dentro de uma estrutura que pode ser observada, entendida e utilizada para definir pontos de acesso. A primeira parte do documento, denominada de *protocolo* contém o contexto administrativo da ação que gera o documento. A segunda parte é o *texto* que descreve ação que gera o documento. A terceira é o *escatocolo*, que contém o contexto documental da ação (DURANTI, 1995).

O texto é a parte central do documento. Nele encontramos “a manifestação da vontade do autor, da evidência do ato, e da memória dele” (DURANTI, 1995, p. 164, tradução nossa). Do ponto de vista da indexação, é a área onde definimos os assuntos principais. Nas outras partes, retiramos nomes de lugares, autor, destinatário, data, e dependendo do documento, o assunto do mesmo, pois alguns documentos oficiais trazem no protocolo o assunto principal a ser abordado no texto.

A questão para o arquivista-indexador é conhecer a diplomática e saber reconhecer, no documento, os pontos de acesso para defini-los de forma a atender os usuários do sistema com eficiência e precisão, no menor tempo possível.

Isso também representa ter um conhecimento do seu usuário. Outra questão, no Brasil, pouco discutida. Mas, sem dúvida, o perfil de usuário sempre deve ser considerado no momento da definição dos pontos de acesso. Conhecer o público a quem se destina a indexação define a

eficiência do trabalho, mesmo que esse usuário seja virtual, como menciona Fox (2007).

5 Conclusão

A indexação não é uma tarefa fácil. Se há pouco mais de 30 anos à questão da indexação nos arquivos limitava-se à elaboração de índices resultantes de um processo descritivo, o surgimento de novas tecnologias e o ingresso dos tradicionais instrumentos de busca e pesquisa em bases de dados tornou essa atividade um pouco mais complexa.

Ademais, na Arquivologia, um ponto em comum norteia a questão da indexação: o princípio da proveniência que, concomitantemente ao contexto de produção, nos remete ao contexto sociopolítico-cultural. Nesse sentido, a diplomática é um instrumento valioso na definição de pontos de acesso, pois auxilia o arquivista a analisar os documentos tanto em relação aos seus aspectos físicos quanto intelectuais.

Sendo assim, o arquivista que tem como tarefa indexar deve sempre levar em consideração os aspectos teóricos arquivísticos, pois somente dessa forma o debate na área levará a definições teóricas e metodológicas consistentes para o processo de indexação arquivística.

Essa questão já é observada nas normas internacionais que, em dados momentos, discordam da aplicação do *AACR2r*, principalmente quando se fala no princípio de proveniência. Se, por um lado, a *NOBRADE* orienta o uso dessa norma em sua “área oito”, por outro, a necessidade de estudos, principalmente quando temos que padronizar entidades coletivas, é para o arquivista-indexador uma condição *sine qua non*.

Nesse sentido, ao se pensar em indexar documentos de arquivo, o conhecimento dos aspectos aqui mencionados é pré-requisito para uma padronização que respeite princípios já consagrados na área e que atenda ao usuário típico de arquivo.

Em função disso, a arquivologia deve sair de uma postura tradicional, onde o processo de indexação não representa a principal atividade, para uma posição em que a indexação terá o mesmo peso que a descrição, em se tratando de prover o acesso aos documentos. Dessa forma, o título da conferência de Thomassen (2007), *Virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. A teoria arquivística e o uso de bases de dados* sintetiza o desafio que se impõem aos arquivistas diante da indexação arquivística.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. Disponível em: <<http://www.archivistes.org>>. Acesso em: 10 out. 2007.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVIST. **Rules for archival description**. Ottawa, Canadá, 1990. 689 p. [revised version – July 2008].

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2006.

_____. O processo de descrição de documentos em arquivo e a recuperação da informação: princípios teóricos e metodológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridades arquivísticas para entidades coletivas, pessoas e famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

_____. **ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 110 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Ata da 42ª Reunião, 01 de agosto de 2006**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

_____. **Ata da 44ª Reunião, 05 de dezembro de 2006**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

_____. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

_____. **Resolução nº 27, de 16 de junho de 2008**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. Thesaurus W. <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gerer/classement/normes-outils/thesaurus/>

DOOLEY, Jackie M. Subject Indexing in context. **The American Archivist**, v. 55, p. 344-354, Spring 1992.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANCE, Cynthia J. Authority Control: beyond a bowl of alphabet soup. **Archivaria**, n. 35, p.38-46, Spring 1993. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: usos nuevos para uma antiga ciência**. Traducción de Manuel Vázquez. 1 ed. Cordoba (Argentina), 1995. 293 p.

FERREZ, Helena Dodd; ARAÚJO, J. G.; RONDINELLI, R. C. O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 191-192, 1987.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

_____. Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição arquivística – versão preliminar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 14., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2006. [CD-Rom]

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

HAGEN, Acácia Maria Machado Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília (DF), v. 27, n. 3, 1998.

HENSEN, Steven L. (compl.). **Archives, personal papers, and manuscripts: a cataloging manual for archival repositories, historical societies, and manuscript libraries**. 2 nd. Chicago: Society of American Archivists, 1989, 181p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Statement of principle regarding archival description. **Archivaria**, 34, p.8-16, Summer 1992. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 out. 2008.

LYTLE, Richard H. Intellectual Access to Archives: I Provenance and Content Indexing Methods od Subject Retrieval. **The American Archivist**, v. 42, n.1, p. 64-75, Winter 1980.

NATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Rules for the construction of personal, place and corporate names.** United Kingdom, 1997. 129 p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação.** Orientador: Letícia Borges Nedel; Co-orientação: Maria Celina Soares de Mello Silva. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009a.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Descrição arquivística: seu papel no processo de comunicação dos conteúdos informacionais dos acervos arquivísticos. In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007. p. 45-50.

_____. Disseminação da informação arquivística: uma perspectiva interdisciplinar. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005a, p. 1-12. [cd-room]

_____. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 53-74, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Descrição Arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário.** In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009b.

OLIVEIRA, Rose Tenório de. Proposta de indexação e produção de índice para inventário de fundo arquivístico: a teoria e a prática. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005b. p. 1-7. [cd-room]

PÉTILLAT, Christine; PRAX, Hélène. Les Archives Contemporaines ou l'arrivée du flux au quotidien. In: LA PRATIQUE archivistique française. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 231-312.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recurso bibliográficos: AACR2r em Marc 21.** 3 ed., rev. e ampl. Brasília: Ed. do Autor, 2006.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. Os Instrumentos de Acesso à Informação. In: _____. **O Acesso à informação nos Arquivos.** Tese (Doutorado em Arquivística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt>>. Acesso em: 4 dez. 2007.

ROE, Kathleen. Enhanced authority control: is it time? **Archivaria**, 35, p. 119-129, Spring 1993. Disponível em: <<http://archivist.ca>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTOURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SÁ, Ivone Pereira de. A face oculta da interface: serviços de informação arquivística na web centrado no usuário. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos de Jordão, SP, Brasil. **Anais...** São Paulo: CEDIC/PUC-SP, 2005, p.1-7. [cd-room]

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.57-66, jan./dez. 2007.

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. **Lligall**: revista Catalana d'Arxivística, n. 12, p. 116-131, 1998.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos públicos e privados: arranjo e descrição.** Tradução de Manoel A. Wanderley. 2ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980. 386 p.

SIBILLE, Clarie. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 93-112, jan./dez. 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Para uma epistemologia da arquivística: perspectiva diacrônica. In: _____. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação.** Porto: Afrontamento, 1998. p. 45-202.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Atualização Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 1498 p.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como Elaborar Vocabulário Controlado para Aplicação em Arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 53 p.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. **Describing archives: a content standard.** 2007

_____. **Standards for Archives Description.** 1994. Disponível em: <<http://www.archivist.org>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

THOMASSEN, Theo. A Arquivologia no Cenário Digital: virando o pensamento arquivístico de cabeça para baixo. In: ENCONTRO DE BASES SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2007, p.10-17.

_____. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.